

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 13 DE MAIO DE 2014

(Deputado Federal Renato Simões PT/SP)

Requer que seja convidado para explicações em Audiência Pública perante esta Comissão, o Sr. Mauro Ricardo Costa – servidor público federal, atualmente, exercendo o cargo de Secretário da Fazenda de Salvador/BA, para prestar informações sobre grupo criminoso preso e composto de servidores públicos.

Senhor Presidente

Requeiro que, com base no art. 50 da Constituição Federal, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja feito requerimento de convite ao Sr. Mauro Ricardo da Costa, a fim de prestar informações em audiência pública relacionadas a quadrilha presa de servidores da cidade de São Paulo, desbaratada pela atual gestão administrativa, que causaram 500 milhões de reais de prejuízo ao erário público quando o convidado era o Secretário de Finanças do Município de São Paulo, no período de 2011 a 2012.

JUSTIFICAÇÃO

Os malefícios causados pela sonegação de tributos a todos os serviços das políticas públicas tais como: saúde, segurança pública, infraestrutura e educação. Autoriza esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado propor leis para inibir o crime. Não podemos esquecer de mencionar dos crimes conexos gerados pela corrupção tais como lavagem de dinheiro e evasão. O que cria insegurança na sociedade e abala a economia do país.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal consagrou e aplicou a Teoria do Domínio do Fato no julgamento da Ap 470. O convidado era o chefe da secretaria e deveria por responsabilidade funcional vigiar e fiscalizar seus comandados na secretaria de finanças.

Não só o crime causou enorme prejuízo ao erário paulistano, bem como, pode ter causado prejuízo ao erário federal. Uma vez que, uma das práticas criminosas era lançar o valor de empreendimento imobiliário a preço inferior. O que reflete na aplicação do imposto federal do lucro imobiliário.

Assim, considerando que compete a esta Comissão investigar denuncia que afete a segurança pública com conexão com o crime organizado para propor medidas legislativas, a fim de inibir o crime de lavagem de dinheiro e os conexos que causam insegurança, entre outras, submeto aos ilustres pares para a urgência da aprovação deste requerimento, tendo em vista a relevância do fato enunciado no presente requerimento de informações.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2014.

Renato Simões
Deputado Federal
PT/SP